



A INCLUSÃO DISTÓPICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma breve análise dos sistemas sociais de exclusão

[Artigo]

Isabely Santiago Guimarães

Sobre a autora:

Isabely Santiago Guimarães é Graduada em Psicologia (bacharelado) pela Universidade Potiguar - UNP, Campus Mossoró/RN. Técnica em Massoterapia pela Escola Estadual de Educação Profissional Professor Walquer Cavalcante Maia (2019). Atualmente, é servidora pública da Secretaria Municipal de Educação e do Desporto Escolar - SEMED na Prefeitura de Russas. Possui interesse nos seguintes temas: aspectos morfofuncionais neurológicos e comportamento humano, processos mentais, transtornos psíquicos com ênfase em depressão.

A INCLUSÃO DISTÓPICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma breve análise dos sistemas sociais de exclusão

DYSTOPIAN INCLUSION IN AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: a brief analysis of social systems of exclusion

Isabely Santiago Guimarães

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma análise histórica da evolução dos tratamentos de transtornos mentais, bem como a difícil inserção enfrentada por aqueles que são rotulados como “loucos” na sociedade, e como esses efeitos são perpetuados no atual contexto com crianças do Espectro Autista no ambiente escolar. O texto também aborda discussões sobre os desafios e a importância da inclusão efetiva dessas crianças, além de mencionar o papel da escola e da família para que esses objetivos sejam alcançados. A metodologia utilizada foi em formato de revisão narrativa da literatura, pesquisada nas plataformas da Scielo e Google Acadêmico. Foram utilizadas a base de dados da Constituição Federal de 1988 e livros, nos quais os textos foram criteriosamente percorridos e selecionados. A análise dos dados permitiu compreender o contexto sócio-histórico do preconceito, os desafios enfrentados e a crucial importância da promoção de uma educação inclusiva. Isso visa assegurar que as crianças no espectro possam não apenas ter acesso à educação, mas também participar ativamente nas salas de aula.

Palavras-chave: escola; neurodesenvolvimento; crianças.

ABSTRACT

The present work aims to propose a historical analysis of the evolution of treatments for mental disorders, as well as the difficult integration faced by those who are labeled as “crazy” in society, and how these effects are perpetuated in the current context with children on the Autism Spectrum. in the school environment. The text also addresses discussions about the challenges and importance of the effective inclusion of these children, in addition to mentioning the role of the school and family in achieving these objectives. The methodology used was in the format of a narrative literature review, researched on the Scielo and Google Scholar platforms. The database of the 1988 Federal Constitution and books were used, in which the texts were carefully reviewed and selected. Data analysis allowed us to understand the socio-historical context of prejudice, the challenges faced and the crucial importance of promoting inclusive education. This aims to ensure that children on the spectrum can not only access education but also actively participate in classrooms.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

Key-words: school; neurodevelopment; children.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o indivíduo considerado “louco” era encarado como uma ameaça à sociedade, um ser perigoso que deveria ser retirado do convívio social para receber o tratamento adequado (ARBEX, 2013). No entanto, essa idealização de tratamento centrado no sujeito raramente se concretizava, se limitando muitas vezes à internação (ARBEX, 2013).

Nesse contexto, era instaurado o preconceito enraizado contra aqueles que sofriam de transtornos mentais, com a ilusão de que a simples exclusão seria a panaceia para a problemática enfrentada (CABRAL; MARIN, 2017). As práticas terapêuticas da época, longe de promoverem a recuperação, frequentemente contribuíam para a deterioração do quadro do paciente, resultando em sua internação perpétua até o triste desfecho de seu falecimento, distante da família, amigos, da sua história e de uma vida digna (ARBEX, 2013).

Embora o modelo de tratamento psiquiátrico tenha passado por transformações, a sociedade ainda perpetua a exclusão de indivíduos que enfrentam desafios psíquicos, como, por exemplo, nas instituições de ensino (NASCIMENTO, CRUZ, 2014). Nas escolas contemporâneas, alunos com transtornos do neurodesenvolvimento não são excluídos de maneira explícita, como registrada na história, mas sim de forma mascarada (NASCIMENTO; CRUZ, 2014).

No entanto, como no passado em que os “loucos” eram excluídos socialmente, há ainda a persistência de padrões discriminatórios, os alunos com transtornos são frequentemente excluídos das atividades propostas em sala, seja devido à percepção de incapacidade associada a eles ou à falta de adaptações que permitiriam sua integração e contribuição nas atividades apresentadas (CABRAL; MARIN, 2017). Nesse sentido, há alunos com o espectro que estão devidamente matriculados, frequentam a escola, por outro lado não há preocupação com desenvolvimento do aluno (CABRAL; MARIN, 2017).

Ao ser reconhecido a exclusão diária vivenciada por esses alunos, abre o espaço para contestações, intervenções e estratégias de inclusão em diversos ambientes (NASCIMENTO, CRUZ, 2014). É crucial potencializar a participação desses sujeitos em diferentes esferas, garantindo, acima de tudo, a igualdade de acesso à educação, independentemente de suas condições físicas ou psíquicas, assegurando, assim, a efetividade do direito à educação inclusiva (NASCIMENTO; CRUZ, 2014).

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, construída em forma de revisão narrativa da literatura, foram utilizados elementos das consultas bibliográficas na base de dados da Constituição Federal de 1988, livros e buscas nas plataformas Scielo e google acadêmico. De acordo com Rothet (2007), as revisões narrativas são de crucial importância para atualização e aquisição de conhecimento por parte do leitor em um curto período de tempo. Logo, os materiais utilizados na construção desse projeto foram completamente percorridos, classificados e examinados de forma criteriosa para uma seleção das obras a serem utilizadas.

3. O VIÉS SÓCIO-HISTÓRICO DE REPRESSÃO

Em 13 de julho de 1841, foi assinado o decreto de fundação do hospital nomeado “Hospício de Pedro II”, no qual eram internados em massa indivíduos comumente rotulados como “loucos”, Além desses pacientes com transtornos psiquiátricos, também eram alocados pessoas consideradas impuras pela sociedade, tais como prostitutas, homossexuais, epiléticos , alcoólicos, entre outros (ARBEX, 2013).

Esses indivíduos eram retirados do convívio social, internados e submetidos a tratamentos severos. Conforme afirmou Arber (2013) em sua obra “Holocausto Brasileiro”, o hospício era principalmente visto como um local de exercício do poder médico, no qual os profissionais de saúde também compartilhavam a responsabilidade pelas dezenas de mortes, sendo considerado tão culpado quanto o governo da época (ARBEX, 2013).

Como elucidado por Arbex (2013), neste trecho: “[...] suas cabeças foram raspadas, e suas roupas, arrancadas. Perderam seus nomes, sendo rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali”. Eles enfrentavam condições desumanas, incluindo tratamentos como choques elétricos, administração excessiva de medicamentos que mantinham os pacientes constantemente dopados e várias formas de negligência vividas por aqueles que estavam nas chamadas colônias (o maior hospício do mundo), conforme esclarecido pela autora neste trecho do livro:

Os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias, os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município. Nos períodos de maior lotação, dezesseis pessoas morriam a cada dia. Morriam de tudo — e também de invisibilidade. (ARBEX, 2013, p. 14)

Esse cenário caótico perdurou por muitos anos na América Latina e no mundo. O médico e psiquiatra Franco Basaglia foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica (ARBEX, 2013). Na década de 1960, quando foi nomeado

diretor do hospital, iniciou inúmeras mudanças com o objetivo de transformar os hospitais psiquiátricos em comunidades terapêuticas. Em uma de suas visitas às colônias, Basaglia chegou a comparar o hospital com um campo nazista (ARBEX, 2013).

A superação manicomial teve início após algumas conferências, sendo fundamental destacar a importância da 8ª Conferência Nacional de Saúde e da Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica (HIRDES, 2009). Nesses eventos, os países da América Latina marcaram um ponto crucial na história ao se comprometerem com a restauração e reestruturação do cuidado em saúde mental, priorizando a dignidade e os direitos civis em um novo modelo humanizado de assistência. O marco dessa transformação foi a “Declaração de Caracas”, inaugurando um novo capítulo na história psiquiátrica (HIRDES, 2009).

Após a reforma, persistiu uma notável resistência da sociedade em aceitar a reintegração desses sujeitos no convívio social após os confinamentos hospitalares. Enfrentava, assim, uma “grade invisível” imposta pela sociedade, enraizada no preconceito e na falta de conhecimento sobre os transtornos mentais (AXBEX, 2013). Embora alguns aspectos tenham sido superados, surgiu uma nova perspectiva: à medida que esses indivíduos ocupavam espaços na sociedade, aqueles considerados “normais” julgavam esses sujeitos como pessoas aversivas e perigosas (AXBEX, 2013).

Este contexto não é muito diferente do que ocorre nas escolas, especialmente com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Embora estejam presentes nas salas de aula e em outros ambientes escolares, muitas vezes permanecem invisíveis naquela esfera institucional (NASCIMENTO; CRUZ, 2014). A pergunta que surge é: o que constitui uma inclusão real? Estar no mesmo espaço que os demais não são suficientes, se esses indivíduos não conseguem estabelecer efetivamente conexões sociais. Como Michel Foucault menciona:

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros; pode ser que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato. (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

4. INSERÇÃO MASCARADA

O Transtorno do Espectro Autista está inserido na categoria dos transtornos do neurodesenvolvimento, e o termo “espectro” é usado devido à ampla gama de variações nas dificuldades enfrentadas, bem como nos níveis de manifestação dessas dificuldades. É caracterizado por comprometimentos precoces no desenvolvimento sociocomunicativo e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados (LEMOS; SALOMÃO, 2014).

Nos estudos de Lev Vygotsky sobre educação e aprendizado, ele enfatiza a importância da socialização no processo de aquisição de conhecimento. Vygotsky (2012) argumenta que as interações sociais desempenham um papel crucial no desenvolvimento humano, uma vez que quanto mais amplas e ricas forem as interações de um indivíduo, maior será seu desenvolvimento cognitivo (VYGOTSKY, 2012).

Em seus estudos Vygotsky (2012) também traz a chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que corresponde ao que um sujeito pode desenvolver de forma independente e o que este pode alcançar com o auxílio de pessoas mais experientes. Isso demonstra a importância das interações como forma de aprendizado, visto que o compartilhamento da experiência, a moldação do comportamento em detrimento do indivíduo que já passou por aquele aprendizado, pode auxiliar o público infanto-juvenil em seu desenvolvimento social, como o contato com os colegas de classe, por exemplo, e em outras demais esferas. (VYGOTSKY, 2012).

No entanto, como no passado em que os “loucos” eram excluídos socialmente, há ainda a persistência de padrões discriminatórios, os alunos com transtornos são frequentemente excluídos das atividades propostas em sala, seja devido à percepção de incapacidade associada a eles ou à falta de adaptações que permitiriam sua integração e contribuição nas atividades apresentadas (CABRAL; MARIN, 2017). Nesse sentido, há alunos com o espectro que estão devidamente matriculados, frequentam a escola, por outro lado não há preocupação com desenvolvimento do aluno (CABRAL; MARIN, 2017). Como afirma Cunha,

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68).

Em suma, o processo de inclusão é multifatorial, e todos os membros escolares (corpo docente, professores, alunos) desempenham um papel crucial para integrar o aluno na escola (CABRAL; MARIN, 2017). Isso vai além de estar presente em sala; trata-se de uma participação ativa que contribui para o contexto educativo, onde as potencialidades do aluno podem ser percebidas, estimuladas e postas em prática. Nesse sentido, a colaboração entre a equipe escolar pode ser fundamental para um aprimoramento no plano de desenvolvimento singular daquele aluno (CABRAL; MARIN, 2017).

5. PAPEL DA ESCOLA

Além disso, a escola como mencionada anteriormente desempenha um papel crucial nas interações desses sujeitos, uma vez que é nesse ambiente que ocorrem conexões por meio do brincar, da linguagem não verbal e verbal, estímulo à interação, entre outros (NASCIMENTO; CRUZ, 2014). O educador assume um papel fundamental como observador e mediador dessas relações, porém, para desempenhar eficazmente essa função, eles precisam estar bem qualificados para atender a essa nova demanda nas salas de aula. Dessa forma,

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio". Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica (CORREIA, 2008, p. 47).

Muitas vezes, é nas salas de aula que os professores identificam comportamentos atípicos em relação ao esperado para a idade do aluno, utilizando como referência o desempenho dos colegas. Em diversos contextos sociais no Brasil, devido à falta de informação, alguns pais acreditam que os sinais apresentados pelas crianças não são motivo que demarque seriedade, ou fazem parte do "jeito" natural da criança. (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Infelizmente, o atraso no diagnóstico infantil de crianças com o espectro autista pode prejudicar em longo prazo o desenvolvimento, tanto motor quanto da fala, por exemplo (ZANON, BACKES, BOSA, 2014).

Portanto, faz-se necessário que o Governo, em parceria com os municípios locais, forneça as ferramentas e recursos essenciais para aprimorar os conhecimentos desses profissionais. Há a queixa da falta de material e apoio para a implementação de aulas diversificadas que atendam às demandas dos alunos (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Os professores frequentemente se veem sobrecarregados pela grande quantidade de alunos em sala e destacam que salas com menor número de alunos poderiam contribuir para a efetivação da inclusão (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Além disso, destaca-se a importância das qualificações para lidar com as novas demandas da sala de aula, pois:

Flexibilizar o currículo, para responder a cada caso particular - comunidade, religião, língua, etnia, necessidade específica - não é ficar preso a conteúdos predefinidos e a ritmos e estratégias de aprendizagem rígidas,

mas antes adaptar os conteúdos, ritmos e estilos de aprendizagem, às condições concretas de cada grupo, subgrupo ou indivíduo (CORREIA, 2008, apud MORGADO, 2011, p. 8).

Por conseguinte, no geral as escolas contam com pelo menos um psicopedagogo que auxilia as crianças com transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições (BERTOLDI; BRZOZOWSKI, 2020). O professor, juntamente com o psicopedagogo, precisa estar em constante comunicação para que as dificuldades percebidas sejam trabalhadas dentro e fora da sala de aula, e em casos necessários o acompanhamento especializado (BERTOLDI; BRZOZOWSKI, 2020). Dentre os direitos que os alunos com o espectro autista devem ser assistidos, cabe destacar a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista,

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

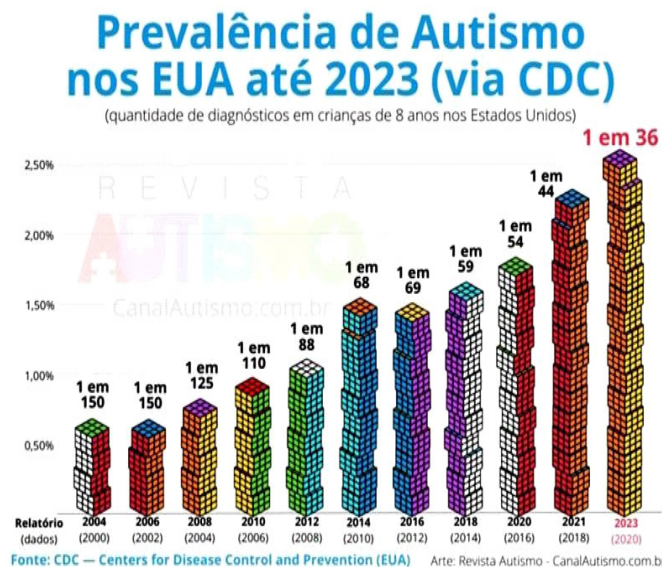
VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Outrossim, a escola precisa atuar no compartilhamento de informações, para informar a comunidade escolar por meio de rodas de conversa ou palestras, não apenas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também sobre outros transtornos do neurodesenvolvimento. Há muita desinformação em relação a esse tema, e é importante educar não apenas os membros da escola, mas também a comunidade, sobre como podem contribuir para o processo de inclusão dos alunos com TEA e que além de tudo possam compreender sua forma de comunicação, particularidades, dificuldade, entre outros (CABRAL; MARIN, 2017).

6. PAPEL DA FAMÍLIA

No autismo, é notável o crescimento contínuo ano após ano. Esses números são resultado de vários fatores, incluindo um maior acesso aos serviços

de saúde, bem como as escolas que realizam o acompanhamento e sinalização de casos suspeitos (ROMEU; ROSSIT, 2022). Como mostrado no gráfico abaixo, uma pesquisa realizada nos Estados Unidos sobre a quantidade de diagnósticos:



A partir do gráfico, é possível compreender um aumento significativo ao longo dos anos. Essa sinalização traz vários debates entre os profissionais acerca das possíveis causas. Até o momento atual, os especialistas apontam uma variedade de possibilidades, incluindo maior facilidade em diagnósticos, aumento da informação sobre o transtorno e a identificação de suspeitas por parte das instituições escolares, entre outros (ROMEU; ROSSIT, 2022).

A família desempenha um papel essencial na comunicação com a escola, pois possui conhecimentos valiosos sobre as particularidades do filho, sua trajetória em escolas anteriores e sobre o próprio espectro (CABRAL; MARIN, 2017). Além disso, cabe à família uma atuação ativa diária, monitorando e respondendo a qualquer mudança que possa afetar o humor e o comportamento da criança em sala, assim, auxiliaria a escola para um melhor desempenho com o aluno (CABRAL; MARIN, 2017). Pois, como afirma Cunha

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68).

Essas particularidades se estendem a diferentes aspectos da vida cotidiana. Por exemplo, muitas crianças no espectro autista têm restrições alimentares. Algumas não apreciam a textura de determinados alimentos, enquanto outras seguem uma rotina alimentar rígida, repetindo as mesmas refeições diariamente

nos mesmos horários (OLIVEIRA; FRUTUOSO, 2021). Introduzir novos alimentos ou alterar a rotina desses alunos é uma tarefa desafiadora, uma vez que mudanças podem influenciar seu humor. Os responsáveis pela criança desempenham um papel crucial ao colaborar com a escola nessas questões e em outros aspectos que possam contribuir para o bem-estar do aluno naquele ambiente (OLIVEIRA; FRUTUOSO, 2021). Pois dentre as particularidades, há os chamados alguns traços que repetem entre eles, como:

(...) o denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações (...) apreciam ser deixados sozinhos, agindo como se as pessoas em volta não estivessem ali (...) quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentes dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços (KANNER, 1966, APUD KELMAN et al, 2010, p. 224).

Nesse viés, os responsáveis pela criança precisam, acima de tudo, estar atentos aos possíveis sinais que podem se manifestar ainda nos primeiros meses/anos de vida (ROMEU; ROSSIT, 2022). Além disso, quando se há a possibilidade de um diagnóstico, se faz crucial uma investigação com auxílio de profissionais multidisciplinares como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros. Assim, permite que o tratamento seja iniciado mais cedo, o que, por sua vez, possibilita que a criança tenha um melhor desenvolvimento (ROMEU; ROSSIT, 2022).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário histórico-social que moldou as abordagens aos transtornos mentais ao longo do tempo, desde práticas antiquadas até avanços notáveis, como a reforma psiquiátrica, percebe-se a complexidade dos desafios contemporâneos na inclusão de crianças com transtorno do neurodesenvolvimento nos sistemas sociais. A reflexão sobre as dificuldades enfrentadas destaca a necessidade de superar obstáculos para fortalecer uma educação mais inclusiva, especialmente para as crianças no espectro autista.

A integração efetiva de alunos com espectro autista depende da colaboração que envolve a escola, família e comunidade. Vai além do simples acesso à escola, abrangendo o desenvolvimento social, cognitivo e das potencialidades singulares. A parceria entre família e escola não apenas qualifica a criança, mas também educa a comunidade sobre o transtorno, propiciando assim um comportamento coletivo através de um processo de subjetivação social mais assertivo para lidar com as demandas sociais educativas de saúde e comportamentais de pessoas com TEA. Essa colaboração mútua não só supera barreiras históricas, mas também promove

uma compreensão mais profunda do funcionamento neurológico dos alunos com autismo, resultando em um melhor ambiente educacional e enriquecedor, com vistas a superação das visões estigmatizantes acerca das pessoas com TEA.

Para construir um ambiente mais inclusivo que ultrapasse os muros da escola, é essencial integrar a tríade mencionada anteriormente, além de contar com o apoio governamental, tanto financeiro quanto qualificativo para os profissionais da educação. Assim, de maneira integrada, será possível garantir a participação plena de todas as crianças não apenas na escola, mas também na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 1º ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013. Deverão conter somente as obras e autores/as citados no corpo do texto;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Centro Gráfico, 1989.

BERTOLDI, Franciele Stolf; BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 341-352, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200028>.

CORREIA, L. de M. (1999), apud MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto. 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: Psicologia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

NASCIMENTO, Fabiana; CRUZ, Mara. **Da realidade à inclusão**: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista – TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental. Revista UFG. 2014. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/sv/article/download/38149/19306/159710>>. Acesso em: 24 out. 2023.

KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

LEMONS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírlley. **Inclusão de crianças autistas**: um estudo

sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/54gYDFVCTvRBSmkrCSFK9NR/?lang=pt>>. Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Bruna Muratti Ferraz de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí. **Muito além dos nutrientes:** experiências e conexões com crianças autistas a partir do cozinhar e comer juntos. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 1-12, 19 mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/54gYDFVCTvRBSmkrCSFK9NR/?lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, (2015a).

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas – Tomo Cinco:** Fundamentos de defectologia. Paraná: EDUNIOESTE, 2022.

ZANON, Regina Basso et al. **Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 25-33, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsxVL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt#:~:text=Evidenciou%2Dse%2C%20tamb%C3%A9m%2C%20que,meses%20de%20idade%20da%20crian%C3%A7a>>. Acesso em: 05 out. 2023.